



# TRIBUNA DA MAGISTRATURA

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS  
ANO XXI • NÚMERO 221 • MAIO DE 2013



## Encontro em Guaratinguetá

Magistrados se reúnem no Vale do Paraíba para debater um Judiciário ainda mais forte. Associados e familiares visitaram Basílica de Nossa Senhora de Aparecida. **PÁGINA 4**



## POSSE • Tribunal de Justiça de São Paulo recebe oito novos Desembargadores



Duas solenidades, nos dias 29 de abril e 09 de maio, marcaram a assunção no mais alto posto da Justiça do estado. **PÁGINA 6**

## SIDNEY SANCHES • História viva do Judiciário, Ministro relembra episódios marcantes da Justiça



Origens da CF de 1988, importância do associativismo, presidência do Senado no impeachment de Collor e fatos vividos por Sydney Sanches. **PÁGINA 12**

• Jantar de confraternização será em 30 de novembro com *Jota Quest*. Faça sua reserva!

# O preço da Justiça

É com especial atenção que se acompanha um reiterado movimento de obter a fórceps uma pasteurização das decisões judiciais em nome de uma pretensa agilidade

## Roque Antonio Mesquita de Oliveira

Desembargador do TJ/SP e Presidente da APAMAGIS  
roquesmesquita@apamagis.com.br

A **Justiça** é uma construção ideológica e talvez seja o principal elemento de diferenciação da humanidade. Uma sociedade justa, na verdadeira acepção do termo, é fraterna, solidária, igualitária, democrática e pacífica.

Nesse sentido, a independência do Judiciário é essencial e ele apenas é livre se possui Magistrados preparados, vocacionados, imbuídos de nobres ideais e aptos a conviverem com a diversidade de pensamentos; conscientes de que devem estar atentos aos novos tempos e adequando normas, leis e regras ao cotidiano das pessoas.

Para que tais ações ocorram, é necessário fomentar o debate institucional e, sobretudo, conceder ao próprio Juiz ou Desembargador o direito de expressar livremente suas convicções nas peças jurídicas. Isso se traduz no princípio do livre convencimento motivado.

A APAMAGIS é guardiã desse pilar desde sua gênese. Na verdade, esse é o alicerce da

Justiça, sobre o qual surgem todos os demais princípios. Ceifar um Magistrado da possibilidade de apreciar uma lide sob o seu ponto de vista traduz em perda de sustentação da democracia.

É com especial atenção que se acompanha um reiterado movimento de obter a fórceps uma pasteurização das decisões judiciais em nome de uma pretensa agilidade. A sentença não pode ser vista como algo obtido em linhas de produção.

Não se critica os esforços da celeridade processual. Ao contrário, eles devem ser aplaudidos, porque é imprescindível dar uma rápida resposta ao reclamo das pessoas. Não se concebe, porém, que a velocidade seja obtida à custa da supressão de tão salutar discussão jurídica. A controvérsia é inerente às lides que muitas vezes possuem várias facetas distintas.

Infelizmente, há um velho vício no país de tentar consertar um problema por uma via supostamente mais fácil, como se a montanha de processos simplesmente pudesse desaparecer num passe de mágica. Reformas nas leis são importantes. Planejamento de ações, idem. Bem como aper-



Noel Thomas

feiçoamento de Juízes, Desembargadores e funcionários. Essas medidas isoladas trouxeram quais resultados práticos? Com enorme esforço, foi possível quase equilibrar a equação de entrada de processos e sentenças proferidas – um feito notável, mas que nem de longe representa a necessidade do país. Noutras palavras, se tudo prosseguir na mesma velocidade (o que

é difícil), o país vai manter o mesmo tempo de duração dos processos.

Portanto, é preciso criar formas efetivas de resolver o problema. E isso apenas ocorrerá com a mudança de visão. Muitos debates tendem a cair num aparente paradoxo em relação à questão orçamentária. Sim, há a necessidade de investir em Educação, Saúde, Transportes e Segurança, e todos esses temas são prioritários. Logo, relegue-se à Justiça a um patamar inferior? Equívoco absoluto.

A conta deve ser feita de maneira inversa. Se não houver um Judiciário forte o suficiente para assegurar ao cidadão o acesso aos seus direitos elementares, quem garantirá que os recursos a todos esses setores vitais cheguem ao verdadeiro destino?

Retorna-se à questão inicial. É preciso assegurar a independência do Magistrado. E isso só é possível com um Judiciário fortalecido. É necessário oferecer ao cidadão uma Justiça eficiente, ágil e independente, o que ocorre apenas quando temos investimentos e modernização constantes.

A Justiça precisa de investimentos por uma simples razão: a injustiça é irreparável. ■



### Tribuna da Magistratura

Publicação da Associação Paulista de Magistrados  
Ano XXI - nº 221

R. Tabatinguera, 140 - sobreloja  
CEP: 01020-901 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3292-2200  
Fax: (11) 3292-2209

Tiragem: 3.600 exemplares

### APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

### Presidência

presidencia@apamagis.com.br

### Secretaria

secretaria@apamagis.com.br

### Imprensa

imprensa@apamagis.com.br

### Convênios

convenios@apamagis.com.br

### Informática

info@apamagis.com.br

### Site

www.apamagis.com.br

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### Presidente

Roque Antonio Mesquita de Oliveira

#### 1º Vice-Presidente

Fernando Figueiredo Bartoletti

#### 2º Vice-Presidente

Irineu Jorge Fava

### Diretor Departamento de Secretaria

Domingos de Siqueira Frascino

### Diretora-Adjunta de Secretaria

Renata Martins de Carvalho Alves

### Diretora Departamento Financeiro

Zelia Maria Antunes Alves

### Diretor-Adjunto Financeiro

Edison Aparecido Brandão

### COMUNICAÇÃO

Roque Antonio Mesquita de Oliveira

Fernando Figueiredo Bartoletti

### IMPRENSA

Carolina N. Munhoz Rossi

### Jornalista Responsável

Renata Giordano de Castro (MTB 25405)

### Coordenação Geral

Luciano Ayres

### Redação

Jessamy Kisberi

### Edição, Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

AyresPP Comunicação e Marketing Estratégico  
Tel: (19) 3232.6823

### Fotos

APAMAGIS / AyresPP

### CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Toledo César  
Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins  
Antonio Ernesto de Bittencourt Rodrigues  
Irineu Jorge Fava  
Fernando Figueiredo Bartoletti  
José Carlos Ferreira Alves

### COLABORADORES

Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

# INTERIORIZAÇÃO | Comarca de São Roque recebe APAMAGIS com novidades

Inauguração da Vara Criminal em breve irá contribuir com a Justiça da região

**O Presidente** Roque Mesquita e o Presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal (CCOF) da APAMAGIS, Álvaro Augusto dos Passos, estiveram no Fórum da Comarca de São Roque em reunião institucional com os Magistrados da região no dia 09 de abril.

Entre os temas discutidos, foi dado grande destaque para a prática da vida associativa – preocupação latente entre os Dirigentes da APAMAGIS, além de tópicos como: eleições no Tribunal de Justiça; embate entre o TJ/SP e o MP/SP sobre a desocupação de salas nos Fóruns; e a atuação da Presidência e da Diretoria Executiva da APAMAGIS imanada à AMB em prol do Poder Judiciário paulista.



Presidente Roque Mesquita e Presidente do CCOF Álvaro Passos se reúnem com Magistrados de São Roque

**Tudo hoje é urgente. Essa instalação ajudará a desafogar o trabalho dos Magistrados**

**Cássio Pereira Brisola**

Outro assunto abordado refere-se à instalação da Vara Criminal, após dois anos de luta, conforme pleito anunciado pela Comarca em 2010 numa das reuniões de interiorização da APAMAGIS. “Tudo hoje é urgente. Essa instalação ajudará a desa-

fogar o trabalho dos Magistrados”, disse o Juiz Diretor do Fórum, Cássio Pereira Brisola. No entanto, de acordo com o colega, a estrutura deve ser repensada. “Esse prédio é de 1972 e conta com dimensões para duas Varas apenas, sendo que, em um mês,

teremos o total de quatro Varas e um grande número de Cartórios”.

Os Magistrados Fábio Calheiros do Nascimento, Diego Ferreira Mendes, Camila Giorgetti e Flávio Roberto de Carvalho também compareceram ao evento. ■

# EVENTOS DA JUSTIÇA | Magistratura tenta reverter proibição do CNJ para patrocínio de eventos

Instituições ingressaram com Mandado de Segurança para preservar encontros jurídicos e culturais

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) ingressaram, apoiados integralmente pela APAMAGIS, no dia 26 de abril, com mandado de segurança coletivo no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de liminar contra o ato do Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Joaquim Barbosa.

O Mandado de Segurança pleiteia que não se produzam os efeitos contidos na Resolução 170/2013, que reduz o patrocínio de empresas a eventos em, no máximo, 30% dos custos totais, e que teria como resultado prático esvaziamento das Associações da Magistratura, além de ferir o direito de liberdade de reunião.

No documento, as entidades pedem imediatamente a suspensão e, posteriormente, a nulidade da Resolução nº 170/2013 do CNJ para desfazer os efeitos de sua aplicação ou, alternativamente, re-

**Diga-se, sem rodeios, que prestigiar a tese de que Magistrados poderiam trocar sua consciência e convencimento em processos submetidos à sua jurisdição por jantares ou diárias em eventos ou congressos constitui um disparate tão grande que revolta e choca a todos os Juizes do Brasil**

conhecer o direito líquido e certo à liberdade de Associação e à vedação de interferência estatal no seu funcionamento e afastar a incidência do ato impugnado para os eventos promovidos ou apoiados pelas Associações. “Diga-se, sem rodeios, que prestigiar a tese de que Magistrados poderiam trocar sua consciência e convencimento em processos submetidos à sua jurisdição por jantares ou diárias em eventos ou congressos constitui um disparate tão grande que revolta e choca a todos os Juizes do Brasil”, diz o documento.

No mandado de segurança são mostrados diversos pontos que indicam a inconstitucionalidade do ato. Um dos fundamentos é de violação à liberdade de Associação – direito consagrado pela Constituição Federal – que põe a salvo qualquer interferência estatal à criação e ao funcionamento das Associações.

Em síntese, o Estado está constitucionalmente proibido de determinar a forma como serão custeados eventos científicos,

culturais ou de qualquer outra natureza promovidos por Associações de classe, ainda que sob o pretexto de promover outros interesses juridicamente relevantes como a boa conduta dos Magistrados.

“É evidente que, se abusos forem apurados tanto o CNJ como as Corregedorias de Justiça têm o dever legal de aplicar as sanções cabíveis. Entretanto, não é possível limitar a tal ponto a liberdade das Associações e dos próprios Magistrados em promover eventos com fins lícitos e patrocinados por entes legalmente constituídos”, complementa a petição.

De acordo com as entidades, o patrocínio é captado e direcionado às Associações, sem qualquer participação dos Magistrados participantes do evento, ou seja, os Juizes que frequentam os eventos não mantêm “qualquer contato ou vínculo com o patrocinador”, sendo o objetivo do patrocinador a promoção do debate e o esclarecimento de ideias em alto nível intelectual e cultural. ■

# INTERIORIZAÇÃO | Encontro Regional de Guaratinguetá debate futuro associativo

A atual gestão administrativa, o apoio e a luta ao lado do TJ/SP pelas prerrogativas da Magistratura foram os principais tópicos abordados

**Os Magistrados** de Guaratinguetá e região estiveram no Hotel e Golf Clube dos 500, de 03 a 05 de maio, no Encontro da Coordenadoria para tratar do futuro da Justiça paulista no âmbito associativo e institucional.

A mesa de trabalhos foi composta pelo Conselheiro Sebastião Amorim, o recentemente nomeado Diretor-Adjunto do Departamento de Cultura, Magistrado Antonio Ventura, o Magistrado aposentado João Penido Burnier Jr., o Secretário-Geral Adjunto da AMB, Juiz Thiago Massad, e o Coordenador da Circunscrição de Guaratinguetá, José Fabiano Camboim de Lima.

O Presidente Roque Mesquita fez um retrato de seus 15 meses de gestão, relatando os avanços na austeridade financeira da entidade e, em especial, do trabalho obstinado na defesa das prerrogativas da Magistratura e dos associados, que hoje podem ser conferidos integralmente no site, no jornal e na Lista Fórum da APAMAGIS.

“Vocês estão presentes porque estão interessados nos assuntos pelos quais a APAMAGIS está se empenhando. Temos que pensar sempre na coletividade da Magistratura. Nós, da Diretoria Executiva e do Conselho, temos dado o melhor que podemos para o bem dos associados e seus familiares a fim de honrar a confiança que nos foi depositada durante esse biênio”.

A filosofia aplicada na administração da APAMAGIS há mais de sete anos, desde a Presidência de Sebastião Amorim até o momento, também foi defendida pelo Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, com a criação das Regiões Administrativas Judiciárias (RAJ). Hoje Sartori prega uma gestão ativa e que se comunica com Chefes de Poder – um cargo politicamente atuante. Roque Mesquita lembrou que “quando Sartori ganhou a eleição começou a chamar colegas que já faziam esse trabalho de interiorização na Associação, que surgiu como base para toda essa atuação vibrante do Tribunal”. A iniciativa fez com que a APAMAGIS se tornasse ainda mais parceira do TJ/SP.

O Dirigente da Associação anunciou ainda que a contenção de gastos realizada em 2012 rendeu, para este ano, frutos positivos em favor dos eventos subsidiados pelos cofres da entidade, como: o clássico Jantar de Dia dos Namorados, em 15 de junho, e o Encontro Regional da Coordenadoria da Comarca de Lins, em agosto – o 2º Vice-Presidente Irineu Fava está cuidando dos detalhes pessoalmente. “Anotem os eventos em suas agendas”, ressaltou o Dirigente.

A Festa de Confraternização da APAMAGIS também já tem data e local definidos:



Magistrados e familiares visitaram a Basílica de Nossa Senhora de Aparecida

**APAMAGIS está ao lado do Presidente Sartori pela adequação do espaço físico do Fórum. Sabemos que não interessa um conflito entre Advogados, Promotores e Juízes para o jurisdicionado, nem para os Magistrados**

**Irineu Fava**  
(sobre o pedido de desocupação de salas usadas pelo MP)

30 de novembro no Espaço das Américas e a participação da banda *Jota Quest*. “Estamos lutando para reduzir o custo do jantar também. Aguardem novidades”, reforçou Roque Mesquita.

## EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA

O 2º Vice-Presidente Irineu Fava destacou a conquista do ISO 9001, que foca na forma de trabalho e gerenciamento de organizações, independentemente de tamanho ou setor atuante. “A APAMAGIS está desenvolvendo este tipo de gestão: o prestígio por ser a maior e mais bem estruturada Associação de classe do país e, agora, referência administrativa”.

Fava lembrou um fato relevante para a Magistratura em que a APAMAGIS se destacou: a desocupação do espaço físico dos Fóruns por integrantes do Ministério Público. “APAMAGIS está ao lado do Presidente Sartori pela adequação do espaço físico do Fórum. Sabemos que não interessa um conflito entre Advogados, Promotores e Juízes para o jurisdicionado, nem para os Magistrados”.

O tópico de ordem institucional entre o TJ/SP e o MP tomou grandes proporções, atingindo até mesmo a população.

O segundo aspecto de suma importância ao Poder Judiciário nacional é a PEC 33 que impõe limites ao poder do Supremo Tribunal Federal. Na prática, o STF deixaria de ter a última palavra sobre mudanças na Constituição. “A reiteração disso acaba fazendo vingar a proposta e já vimos isso

com a questão do CNJ, desde a Constituição de 1988. A forma capciosa e sorrateira é que pode, sim, nos levar a uma situação que comprometa o Poder dentro da estrutura do Estado”, afirmou o 2º Vice-Presidente.

Apesar de tantas conquistas associativas, institucionais e administrativas, Fava pediu uma reflexão sobre a importância da APAMAGIS e da AMB para a Magistratura. “Os Magistrados não precisam de uma Associação de classe; TODOS nós precisamos. Foco, união e participação de todos devem ser nossos guias. Temos que lançar nossa voz e só assim venceremos as dificuldades do dia a dia”.

O Diretor da Secretaria de Interiorização da AMB e Conselheiro da APAMAGIS, Flávio Fenoglio (representando a EPM na ocasião), sustentou as palavras do Vice-Presidente da Associação paulista. “Quanto mais associados, mais força na votação na AMB. Aqueles que não são associados associem-se para podermos continuar os trabalhos”.

Por sua vez, o Presidente do CCOF, Álvaro Augusto dos Passos, colocou em debate uma questão que pode mudar o futuro do Poder Judiciário no país: a eleição do novo Presidente pelo critério de antiguidade. “Não sabemos até agora se a próxima elei-



**Presidente Roque Mesquita, membros da Diretoria da APAMAGIS e do Conselho CCOF explanam ações da entidade para associados**

ção do TJ/SP seguirá a tradicional escolha entre os três Magistrados mais antigos da Instituição. Se for assim, nunca mais veremos o que aconteceu na eleição da atual Presidência da Corte paulista. Como associados, temos que estar atentos, mantendo vigília para que nosso próximo Presidente não retroceda em tudo o que já conquistamos”.

### A LUTA QUE ACONTECE NOS BASTIDORES

O integrante do Órgão Especial e Conselheiro da APAMAGIS, Paulo Dimas, explicou aos associados que, apesar de uma poderosa atuação do Presidente Ivan Sartori, a APAMAGIS continua exercendo plena atividade pelo Judiciário paulista. “Muitas propostas que analisamos surgiram do Encontro de Coordenadores e, uma delas, é a questão da compensação que vai permitir aos colegas que se empenham e se interessam nas atribuições institucionais, uma retribuição maior”.

Está na pauta, para ser discutido no Órgão Especial, a criação de compensações remuneradas (proposta inicialmente estruturada pela APAMAGIS), a sugestão de moradia fora da Comarca e a perspectiva de pagamento de férias e licença-prêmio para os meses de junho ou julho. “Para tanto, estamos trabalhando com muitas ideias e posições. Acredito que conseguimos, dentro das expectativas gerais, avançar. A gente procura participar de todas as atividades do órgão que repercutem no nosso Judiciário”.

Roque Mesquita frisou a importância dos Juízes mais novos nas Associações.



**Presidente Roque Mesquita, associados e familiares em momento de reflexão e espiritualidade**

“Em São Paulo, a APAMAGIS tem feito campanhas para adesão dos novos Juízes, para sentirem que a APAMAGIS é uma entidade que está sempre presente, assim como a AMB”. Inclusive no aspecto de serviço, a Associação é importante no que tange plano de saúde, turismo, telefonia, seguros, etc.

O Presidente do CCOF, Álvaro dos Passos, lembrou que quem se faz presen-

te nos eventos da classe tem consciência do associativismo. “Mas, infelizmente, não conseguimos falar isso para aqueles que não estão presentes. Peço para que vocês sejam nossos emissários nas palavras da APAMAGIS para que os outros colegas saibam das nossas atividades”.

Com relação ao Estatuto da Magistratura, Passos analisou e o considera um progresso. No entanto, falta abordar a eleição direta – prerrogativa encabeçada pela AMB, APAMAGIS e outras instituições. “É um estatuto interessante, mas temos que trabalhar muito no Congresso para que seja aprovado”.

As pensionistas, segundo a gestão de Roque Mesquita, devem ser respeitadas por toda a atuação que exercem junto aos Poderes nacionais. “Se com a ajuda da APAMAGIS é difícil, imagine sem nossa ajuda. Quando nós, Magistrados, vamos embora, nossa família continua e o associativismo atende e colabora com as famílias”.

O Conselheiro da APAMAGIS e Coordenador de Aposentados da AMB, Sebastião Amorim, disse – em prol das pensionistas – lutar pela regularização

**Peço para que vocês sejam nossos emissários nas palavras da APAMAGIS para que os outros colegas saibam das nossas atividades**

**Álvaro Passos**

dos provimentos da classe no mesmo patamar dos colegas em atividade e aposentados. “Nesses novos tempos precisamos encaixar as pensionistas no quadro associativo”.

Para o Coordenador da região, José Fabiano Camboim de Lima, o Encontro em Guaratinguetá estreitou ainda mais o relacionamento com os Magistrados. “Quero também passar a importância e a alegria de estarmos sempre mantendo contato com a Presidência da APAMAGIS, sempre presente. É um prazer receber todos aqui”. ■



**Encontro reforça a importância do associativismo**

# REFORÇO | Oito novos Desembargadores tomam posse no TJ/SP

Justiça paulista aumenta seu quadro de Magistrados

**Alcançar** o grau mais alto da carreira na Corte paulista é um trabalho árduo, no entanto, de grande representatividade na vida de um Magistrado. Em duas ocasiões, nos dias 29 de abril e 09 de maio, oito autoridades tomaram posse como os mais novos Desembargadores da Justiça paulista.

## EM ABRIL

Os Magistrados Luís Mário Galbetti, Carlos Alberto Garbi, Mauro Conti Machado e Paulo Barcellos Gatti tomaram posse em sessão solene em 29 de abril. Após receberem o Colar do Mérito Judiciário das mãos do Presidente Ivan Sartori, o orador Hamilton Elliot Akel traçou breve trajetória pessoal e profissional dos empossados.

“Cumpre-me mais uma vez o ritual solene. Esse é o rito da renovação. Novas cabeças, novas visões de vida e de mundo, novos sentimentos e novas emoções. O Juiz ideal com que sonho não deixa de estudar um dia sequer e não se queixa do trabalho. A escolha

da função foi determinada por sua vocação e quem é realmente vocacionado – como os Desembargadores hoje empossados – arrotta com bravura as dificuldades que diante de si aparecem. Parabéns, colegas. Sejam bem-vindos. O Tribunal os recebe de braços abertos e com a certeza de que todos serão os Juizes ideais a quem me referi. Sejam felizes”.

Os empossados fizeram diversos agradecimentos aos seus familiares e se lembraram do trajeto que os levaram a realizar o grande sonho dentro do Tribunal paulista.

No encerramento da cerimônia, o Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, relatou alguns dos principais desafios do Tribunal. “Hoje temos uma política de gestão de servidores, de prestígio e valorização dos funcionários. Até o final de 2013, 40% dos processos estarão digitalizados. Temos o projeto *Fórum São Paulo* que prevê a construção de prédios com recursos do próprio Tribunal nas 10 Regiões Administrativas Judiciárias”.



Presidente Ivan Sartori recebe os novos Desembargadores

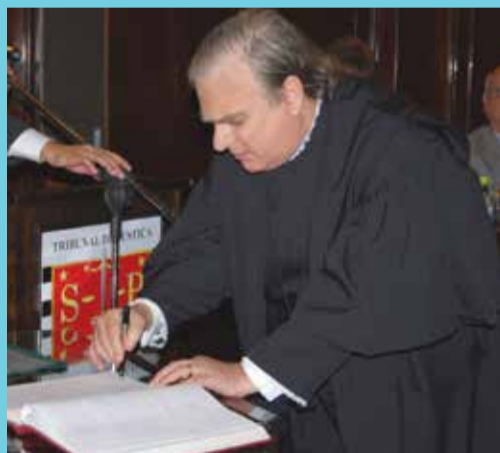


Gedeão Dias/TJSP



## Luís Mário Galbetti

Nasceu na capital de São Paulo e se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Guarulhos, na turma de 1985. Ingressou na Magistratura em 1987, nomeado para a 16ª Circunscrição Judiciária, com sede em São José do Rio Preto. Foi Juiz nas Comarcas de Mogi das Cruzes, Eldorado Paulista e Guarujá, até chegar à capital, promovido a Juiz Auxiliar no mês de setembro de 1989.



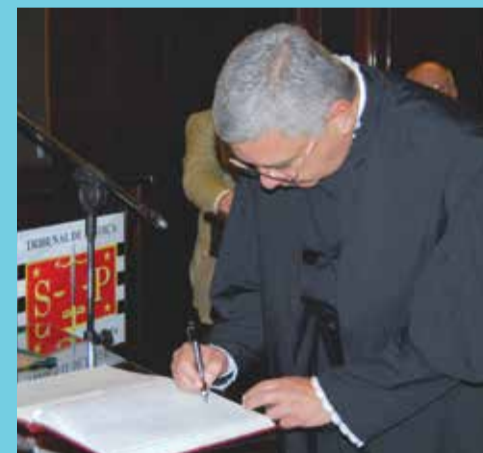
## Mauro Conti Machado

Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, na turma de 1974, foi nomeado Juiz Substituto para a 3ª Circunscrição Judiciária, com sede em Santo André, onde assumiu em maio de 1987. Nascido na capital, passou também pelas Comarcas de Guariba e Taquaritinga entre os anos de 1987 e 1989. No ano seguinte, foi promovido para o cargo de Juiz Auxiliar da Comarca de São Paulo.



## Carlos Alberto Garbi

Natural da capital paulista, tornou-se bacharel em Direito pela FMU, na turma de 1984. É Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica. Ingressou na Magistratura como Juiz Substituto nomeado para a 1ª Circunscrição Judiciária com sede em Santos, onde assumiu em 15 de maio de 1987. Passou ainda pelas Comarcas de Apiaí e Presidente Venceslau até chegar à capital em 1989.



## Paulo Barcellos Gatti

Também natural da capital paulista, formou-se em Direito no ano de 1978 pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e ingressou na Magistratura no ano de 1983 como Juiz Substituto na Comarca de Ribeirão Preto. Atuou também nas Comarcas de Santo André, Cardoso, Sumaré e São Caetano do Sul até chegar a Juiz Auxiliar da capital no ano de 1985.

## E EM MAIO

Mais quatro Magistrados chegaram ao topo de suas carreiras na Corte paulista, tomando posse como Desembargadores, em cerimônia singela no dia 09 de maio: Carlos Henrique Abrão, Erson Teodoro de Oliveira, Antonio Mário de Castro Figliolia e José Luiz Germano.

O Presidente Ivan Sartori afirmou que era uma alegria muito grande dar posse aos novos Desembargadores e que sentiu uma energia bastante positiva nos discursos proferidos. “Carlos Abrão, com quem já desenvolvi alguns trabalhos, é um homem que tem honrado esta Casa. Antonio Mário de Castro Figliolia, é uma alegria dar posse a Vossa Excelência. Está desenvolvendo um projeto pioneiro no Tribunal. Na parte de cooperação, esteve presente todas as vezes em que foi solicitado pela Presidência, não se furta em nos ajudar. José Luiz



**Presidente Sartori enaltece os novos Desembargadores**

Germano, caríssimo amigo, tem honrado a Magistratura de São Paulo. É um homem que admiramos muito, digno da toga de Desembargador, de Magistrado. Nosso amigo, Erson

Teodoro de Oliveira, possui um trabalho de altíssima qualidade. Sabemos realmente que é uma pessoa muito simples, um homem que realmente prima pelo bom caráter”. ■

**Até o final de 2013, 40% dos processos estarão digitalizados**

**Ivan Sartori**



Antônio Carreta/TJSP

**Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça**



Antônio Carreta/TJSP

**Autoridades e familiares prestigiaram a posse**



Antônio Carreta/TJSP

### Erson Teodoro de Oliveira

Nasceu na cidade paulista de Barboosa em 1953. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica Campinas na turma de 1978. Ingressou na Magistratura, em 1985, como Juiz Substituto da 8ª Circunscrição Judiciária com sede em Campinas. Judicou também nas Comarcas de José Bonifácio, São Roque e, em 1989, foi Auxiliar da Comarca de São Paulo. Foi removido em 1993 para a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campinas e promovido, em 1998, a Juiz de entrância especial na 4ª Vara Cível do Foro Regional de Santana. Foi removido em 2008 para o cargo de Juiz Substituto em 2º grau.



Antônio Carreta/TJSP

### Antonio Mário de Castro Figliolia

Nasceu em São Paulo em 1959. Graduou-se em Direito, em 1980, pela Faculdade de Direito de Bauru. Ingressou na Magistratura em 1985 como Juiz Substituto na 13ª Circunscrição Judiciária com sede em Araraquara. Foi promovido em 1986, mudando-se para General Salgado. Foi promovido para a 1ª Vara da Comarca de Mogi Mirim em junho de 1987 e, em 1990, para a Comarca de Campinas. Em 1999 atuou na 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro até que, em 2006, foi removido para o cargo de Juiz da 5ª Vara Cível do Foro Regional de Santana. Em 2009 chegou a Juiz Substituto em 2º grau.



Antônio Carreta/TJSP

### Carlos Henrique Abrão

Nascido em São Paulo no ano de 1959, graduou-se em Direito na Faculdade Paulista de Direito em 1981. É Doutor pela USP na área de Direito Comercial. Ingressou na Magistratura em 1987 como Juiz Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária com sede em Santo André. Foi promovido, em 1989, para o Foro Distrital de Jandira, Comarca de Barueri. No mesmo ano, assumiu como Juiz de 2ª entrância, sendo promovido para a 1ª Vara de Praia Grande. Como Juiz de 3ª entrância, foi promovido, em 1990, para o cargo de Juiz Auxiliar da capital. Assumiu como Juiz de entrância especial em 1999, sendo alocado na 42ª Vara Cível do Foro Central. Já como Juiz de entrância final, foi removido para o cargo de Juiz Substituto em 2º grau de São Paulo em 2009.



Antônio Carreta/TJSP

### José Luiz Germano

Nascido em São Paulo em 1962, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica, na turma de 1985. Ingressou na Magistratura como 1º Juiz Substituto da 45ª Circunscrição Judiciária, na Comarca de Mogi das Cruzes. Passou ainda pelas Comarcas de General Salgado e Jales até ser promovido ao cargo de Juiz Auxiliar da Comarca de São Paulo. Atuou ainda na 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Itaquera. Foi removido do cargo de Juiz no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Taubaté para o de Juiz Substituto em 2º grau, em 2009.

# SALA DOS FÓRUNS | Pleito encabeçado pelo TJ/SP é apoiado integralmente pela APAMAGIS

Audiência de conciliação entre MP e TJ termina sem acordo e reacende debate sobre desocupação dos espaços

A desocupação das Salas utilizadas por Promotores de Justiça tem tomado cada vez mais repercussão na mídia nacional desde o encaminhamento de um ofício ao Procurador-Geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, pelo Presidente da Corte paulista, Ivan Sartori, no dia 17 de abril.

O documento requer a desocupação das salas de 58 Fóruns, em até 90 dias, diante da necessidade de abrir espaço para Juízes e novas Varas, o que gerou uma crise entre Ministério Público e TJ, desencadeando uma reação dos Promotores contra a proposta. Márcio Rosa enviou representação ao CNJ pedindo, segundo sua interpretação, a anulação da medida considerada um “ato administrativo ilegal”. Segundo ele, 522 Promotores de Justiça e 1.290 Servidores do órgão teriam que sair sem ter para onde ir.

“Os Juízes não têm salas e também não queremos que o Ministério Público fique desalojado, mas a prioridade essencial (caso dos Fóruns em situação mais crítica) é complicada, eles (os Promotores) precisam ter os prédios deles.”, afirmou Ivan Sartori. Apesar de a iniciativa ser importante para dar continuidade ao processo de modernização e estrutura da Magistratura, o Presidente do TJ/SP disse que quer o Ministério Público junto do Judiciário, porém assinou que “eles precisam conseguir sua estrutura”. Os prazos para a desocupação foram aumentados para que seja possível entrar num acordo com o Procurador-Geral.

## SEM ACORDO

A fim de conter os ânimos entre as instituições e tentar um acordo sobre a deter-

minação do Presidente do TJ/SP, o CNJ realizou uma audiência de conciliação entre o Ministério Público e o Tribunal de Justiça de São Paulo no dia 06 de maio. Embasado a prerrogativa da Magistratura, Sartori citou um artigo da Constituição que diz que “aos órgãos do Poder Judiciário do Estado competem a administração e o uso dos imóveis e instalações forenses, podendo ser autorizada parte desse uso a órgãos diversos, no interesse do serviço judiciário, como dispuser o Tribunal de Justiça”. E negou haver crise: “o Judiciário e o Ministério Público são parceiros e as divergências internas devem e serão equacionadas”.

A reunião com o Conselheiro José Guilherme Vasi Werner durou mais de duas horas e não obteve o êxito da conciliação, embora o TJ/SP tenha apresentado propostas: 1ª) O Tribunal propôs ao MP/SP, respeitada sua independência, um cronograma de desocupação ou reocupação de 180 dias para os prédios da Prioridade 1; um ano para os de Prioridade 2; e um ano e seis meses para os que estão na Prioridade 3, com o compromisso de ambas as instituições fazer gestão junto ao Governador buscando a implementação desse cronograma; 2ª) Suspensão do PCA no CNJ e dos prazos fixados pelo TJ, no ofício inicial, por 30 dias, para que equipes de ambos os lados procurassem denominadores comuns para os diversos Fóruns do Estado, inclusive mediante reocupação e readequação de espaços.

O Conselho terminou por requisitar ao TJ/SP relatório pormenorizado sobre os espaços que pretende manter com os Promotores

e um cronograma de desocupação das áreas listadas no documento de solicitação e ao MP.

A audiência teve a participação do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ivan Sartori; do Procurador-Geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa; do Conselheiro do CNJ, José Roberto Neves Amorim; além de Juízes Assessores do TJ/SP, Procuradores e Promotores.

Para o Tribunal de Justiça, diferentemente do divulgado, não há que se falar em desalojamento de centenas de Promotores e funcionários. O que o Judiciário tem levado em consideração é o crescente aumento do número de processos e a necessidade de eficiência na prestação jurisdicional. Para isso, a acomodação de Juízes e Técnicos, que não têm sala para trabalhar, é essencial. Portanto, um cronograma para a desocupação gradativa e pontual do Ministério Público é necessário. Sem ele, não é possível melhorias na Justiça paulista.

## APOIO E PARCERIA

A iniciativa do TJ/SP foi prontamente apoiada pela APAMAGIS e frisada durante o Encontro Regional da Coordenadoria de Guaratinguetá, quando Presidência, Diretoria Executiva e Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal, além dos Magistrados presentes, subscreveram a necessidade de desocupação apontada inicialmente por Juízes e Servidores que vivenciam diariamente a dificuldade de obtenção de espaço para a execução de trabalhos dentro dos Fóruns paulistas.

Após a reunião entre o MP e o TJ, a APAMAGIS externou em nota pública o reconhecimento em relação ao trabalho da Presidência do Tribunal de Justiça que tem

**A audiência teve a participação do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ivan Sartori; do Procurador-Geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa; do Conselheiro do CNJ, José Roberto Neves Amorim; além de Juízes Assessores do TJ/SP, Procuradores e Promotores**

trabalhado incessantemente para melhorar a prestação jurisdicional.

De acordo com o texto, “a determinação de nossa Egrégia Presidência se reveste de legitimidade e, sobretudo, de necessidade premente”. E frisou que “sempre aconteceu o apoio pronto e firme, tanto da AMB quanto da APAMAGIS, em todas as ocorrências envolvendo os interesses dos associados, como é do conhecimento de todos”, se postando e atuando para que o Judiciário de São Paulo possa continuar nessa trajetória de melhoria constante da distribuição da Justiça. ■

## BEM-ESTAR | APAMAGIS influi nos setores mais delicados da Magistratura

Prerrogativa relacionada à saúde dos associados e familiares é tópico essencial

Graças ao trabalho diuturno e persistente do 2º Vice-Presidente Irineu Fava, a Qualicorp acaba de credenciar o Hospital São Lucas de Lins para atender os associados da APAMAGIS na parte ambulatorial.

Com a migração do plano saúde para a SulAmérica, algumas Comarcas do interior ficaram sem cobertura de atendimento ambulatorial e consultas, como aconteceu em Lins onde o atendimento era feito pelo

Hospital e Maternidade São Lucas.

“Os colegas locais solicitaram a intervenção da APAMAGIS, que se reuniu com a SulAmérica, e a questão foi prontamente resolvida. Hoje o atendimento é completo e integral”, comemorou Irineu Fava.

Casos similares foram e estão sendo solucionados pela Diretoria e se traduzem em mais segurança para os associados da APAMAGIS. ■

## ATUALIZAÇÃO | Corregedoria implanta sistema de controle de movimento judiciário

**Os Juízes** Assessores da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) elaboraram uma nova planilha unificada para o sistema de captação de informações relativas à movimentação processual de primeira instância com apoio da Secretaria da Tecnologia da Informação (STI) e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP). A ação decorre da necessidade de melhoria do sistema, do aperfeiçoamento do trabalho e produtividade das unidades judiciais e para a modernização do Controle do Movimento Judiciário (MovJud). A implantação deve acontecer até o fim de 2013.

O novo sistema unificado de planilhas

irá propiciar economia de tempo no preenchimento; avanços tecnológicos; e inclusão de novos dados de aferimento para atender às necessidades do TJ/SP e do CNJ. Assim, num futuro próximo, a necessidade – ainda que em parte – da coleta manual de dados será abolida, passando-se a utilizar os recursos de ferramentas de informática já disponíveis no Tribunal de Justiça, além de possibilitar a interligação com informações extraídas dos sistemas SAJ/PG, Sidap/Sivec e a importação total do acervo do sistema Wingati – solução de propriedade do TJ/SP sem custos adicionais. ■

# SÃO PAULO | Sobre as leis, os Juízes e a Justiça

APAMAGIS se mobiliza em apoio à família da Dentista Cinthya Moutinho de Souza, assassinada em maio, em São Bernardo do Campo

**Um crime** ocorrido na cidade de São Bernardo do Campo chocou a população paulista pela crueldade no dia 25 de abril. A Dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, de 47 anos, foi queimada viva durante um assalto dentro de seu consultório, enquanto atendia um paciente.

O adolescente de 17 anos, que confessou ter assassinado a Dentista, torturou a vítima antes de atear fogo e matá-la, segundo a Diretora do DHPP (Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa), Delegada Elisabete Sato, que foi a responsável por interrogar os suspeitos. “O menor que assumiu ter ateado fogo na Dentista, o fez com uma tremenda crueldade. Jogou álcool nela e depois ficou brincando de acender o isqueiro perto de seu corpo encharcado para torturá-la. Ele aproximava e depois afastava a chama. E então passava o isqueiro para o outro, que repetia o processo”.

Os suspeitos continuaram com a tortura até que outro integrante do grupo, responsável por sacar dinheiro com os cartões da vítima, telefonou dizendo que só havia R\$ 30 na conta dela; momento em que começaram a aproximar ainda mais o isqueiro. “O menor disse que o avental começou a pegar fogo e ficou olhando. Ele diz isso como se estivesse citando um capítulo de uma novela”, lamentou a Delegada Sato.

## SSP DO ESTADO APONTA AUMENTO NOS CASOS DE HOMICÍDIO

A violência em São Paulo cresceu nos primeiros meses deste ano. De acordo com números da Secretaria de Segurança Pública do Estado, o aumento aconteceu principalmente nos casos de homicídio. Uma das

preocupações é que os índices estão num crescente há sete meses.

Em São Paulo, nos meses de janeiro e fevereiro, houve uma inversão da tendência de redução da violência, o que ocorreu nos últimos anos. Os homicídios dolosos cresceram 15% em relação ao mesmo período de 2012. “Representa uma evidência preocupante, porque o Estado conseguiu, por mais de 10 anos, reduzir as taxas e sair das primeiras colocações em termos de violência e passou a ser o estado menos violento do país. Agora temos esse número dando repique”, ressalta Renato Sergio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ■

**O menor que assumiu ter ateado fogo na Dentista, o fez com uma tremenda crueldade. Jogou álcool nela e depois ficou brincando de acender o isqueiro perto de seu corpo encharcado para torturá-la. Ele aproximava e depois afastava a chama. E então passava o isqueiro para o outro, que repetia o processo**

Elisabete Sato



## Roque Mesquita

Presidente da APAMAGIS

## Carolina Nabarro Munhoz Rossi

Diretora do Departamento de Imprensa

Não é fácil a tarefa de responder à família da Dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, queimada viva, porque essa tragédia ocorreu. A dor lancinante de seus genitores, irmãos e amigos é incomensurável e o asco em relação ao comportamento de barbárie de seus algozes caminha na mesma direção.

Nesse momento de luto e emoção, é preciso encontrar forças para evitar que esses

fatos não mais se repitam e buscar eventuais falhas que possibilitaram sua ocorrência. Esse é o papel da imprensa, da sociedade e do próprio Estado.

Entretanto, caminha em direção diametralmente oposta a sensacionalista reportagem do jornal Agora, que tenta impingir a uma decisão judicial parte da causa do problema. Os Jornalistas, séquitos por manchetes de impacto, tentam vincular a negativa de apreensão do menor infrator por parte da Juíza Cláudia Maria Carbonari de Faria ao fato posterior: o crime bárbaro cometido contra a Dentista.

Talvez por ignorância, o que não se

pode perdoar em quem tem o dever de bem informar, os Jornalistas desconheçam que a internação de menores infratores é, pela legislação vigente, medida de caráter absolutamente excepcional e precisa se amoldar aos comandos legislativos. A Magistrada, no momento da primeira apreensão do menor, analisou os fatos e verificou não estarem presentes os requisitos legais para a restrição da liberdade. Nem Juízes ou os Jornalistas devem comungar do brocardo: “os fins justificam os meios”.

Sim, o momento de dor exige reflexão.

Sim, a sociedade precisa discutir sobre os nefastos efeitos das drogas.

Sim, o Brasil precisa discutir maneiras efetivas de coibir a violência contra inocentes.

Entretanto, o maniqueísmo da matéria é um grande desserviço ao debate e, principalmente, desrespeito à dor dos familiares da vítima.

Nesse sentido, a APAMAGIS publicamente tenta confortar os familiares da Dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza pela dor indescritível experimentada e reitera o seu integral apoio à Juíza Cláudia Maria Carbonari de Faria, Magistrada que cumpre com zelo e denodo suas atribuições jurisdicionais.

# CONCURSO 2013 | VI Prêmio APAMAGIS – Juiz Antônio José Machado Dias

As premiações levantam importantes debates da Magistratura e divulgam visões diferenciadas sobre as prerrogativas da Justiça

A sexta edição do Prêmio APAMAGIS – Juiz Antônio José Machado Dias (edição 2013) recebe trabalhos jurídicos elaborados por Magistrados associados até o dia 30 de agosto. O evento visa incentivar manifestações culturais e o intercâmbio de conhecimentos jurídicos.

O primeiro colocado recebe láurea no valor de R\$10 mil, em dinheiro, entregue em sessão solene em data a ser definida pela Associação. O segundo e o terceiro colocados recebem menção honrosa.

A conquista do Prêmio será comunicada pela Presidência da APAMAGIS ao Conselho Superior da Magistratura do TJ/SP com solicitação de anotação nos assentamentos individuais do vencedor. ■



## INSCRIÇÕES

Os trabalhos jurídicos devem ser entregues pelos Correios (A.R.) ou diretamente na Secretaria da APAMAGIS até o prazo de 30 de agosto.

O Edital de Regulamento do Concurso está disponível no site da APAMAGIS para consulta.

### Associado APAMAGIS:

Contrate o seguro Porto Seguro Auto ou Itaú Seguro Auto e tenha condições especiais! Veja a companhia que mais se enquadra com seu perfil e aproveite as vantagens e benefícios\* de cada uma. Confira!

- Oficinas especializadas com diversos serviços para o seu carro
- Postos de vistoria prévia
- Bike socorro
- Descontos em restaurantes, academias, óticas, entre outros
- Centros de atendimento rápido
- Assistência 24 horas
- Carro extra
- Assistência residencial
- Auxílio na falta de combustível
- E muito mais!

Não perca tempo: ligue agora e faça sua cotação!

Posto APAMAGIS 11 3104 2933

Central MDS 11 3169 8999 2ª a 6ª, das 8h30 às 18h

[mdsbr.com.br/worksite/apamagis](http://mdsbr.com.br/worksite/apamagis)



**mds**

CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO

\*Benefícios de acordo com as condições de cada seguradora.

# FEB | Homenagem ao pai do Desembargador Silveira Paulilo

Solenidade comemora o último tiro disparado em 1945, nos campos de guerra na Itália, pela unidade de artilharia de São Paulo

O **Presidente** da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Antonio José Silveira Paulilo, representou o Dirigente do TJ/SP, Ivan Sartori, no dia 26 de abril, nas comemorações do 69º aniversário da Última Missão de Tiro no quartel do 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve, em Barueri. O evento, cumprido pela Artilharia Brasileira na 2ª Guerra Mundial, comemora o último tiro disparado pela unidade de artilharia de São Paulo nos campos de guerra da Itália em 29 de abril de 1945.

O Tenente Coronel do 20º GACL, Zenirton Bastos Filho, foi o anfitrião da ocasião. Os pracinhas, liderados pelo ex-integrante do grupo Coronel Almerindo Raposo Filho, dispararam tiros de salva como forma de manter acesa a chama dos ideais de liberdade e amor ao Brasil. Para o General de Divisão João Camilo Pires de Campos, a solenidade é uma homenagem a todos que foram e também para os que não puderam voltar à sua Pátria. “Esses homens representam a nossa história e não podemos deixar de homenagear nossos heróis.”

A Medalha Souza Carvalho foi entregue a 21 pessoas, entre as quais os Comandan-

tes de Organizações Militares; o 3º Sargento ex-combatente e veterano da FEB pós-morte General de Divisão, Antonio Paulilo. Seu filho, Desembargador Antonio José Silveira Paulilo, recebeu a medalha e falou do imenso prazer em sentido. Segundo o Magistrado, o pai formou-se em Pedagogia e em Direito e, convocado, permaneceu por cerca de três anos aquartelado à espera da ordem de embarque para a Itália – inicialmente em Itapetininga e depois em missões de vigilância no litoral. Fez cursos internos até chegar a 3º Sargento. Depois da baixa, voltou ao Magistério e chegou a Diretor de colégio da rede estadual de ensino. Faleceu aos 70 anos. “Da vida militar guardou a disciplina e a hierarquia. Refinado educador, sempre incutiu nos estudantes o amor à Pátria e o respeito aos símbolos nacionais. Meu pai tinha pela educação um amor incondicional e acreditava piamente que um país se faz com homens e livros.”

Os Juízes Rodrigo Aparecido Bueno de Godoy (Coordenador Adjunto da APAMAGIS em Itapevi e Diretor do Fórum da Comarca), Anelise Soares (Diretora do Fórum de Barue-



**Autoridades e familiares prestigiaram a homenagem pós morte do General Antonio Paulilo**

ri), Diego Bonilha (Coordenador Adjunto da APAMAGIS na região de Itapevi) e o Coronel Augusto Neves, representando o Presidente do TJM compareceram ao evento.

## MEDALHA

A condecoração foi criada pelo Conselho Deliberativo da Associação Amigos do Grupo Bandeirante (AgruBan), por meio da Resolução 001, de 26 de setembro de 2008, para premiar colaboradores civis e militares que tenham prestado relevantes serviços à AgruBan, ao 20º Grupo de Artilharia de

Campanha Leve (GACL) - Grupo Bandeirante, ao Exército Brasileiro ou ainda por determinação criteriosa do Conselho Superior de Honrarias e Méritos da Associação.

A honraria recebeu esse nome em homenagem ao General José Souza Carvalho por seus feitos heroicos comandando o III Grupo 105 da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra. Após o conflito, Souza Carvalho retornou ao Brasil e, em 1955, foi promovido a General de Brigada e transferido para a reserva. ■

## Você conhece a Fundação da Fraternidade Judiciária?



### Por Cristiane Perfidio Maeda

Em setembro de 1988, um grupo de Magistrados sensibilizados com as necessidades dos funcionários do Poder Judiciário paulista uniu esforços para

tentar minimizar as diversas dificuldades apresentadas.

Nós trabalhamos para que o Magistrado não tenha problemas com seus funcionários, como por exemplo, faltas, licenças, problemas de relacionamento

no ambiente organizacional, etc. Visamos resgatar a cidadania e a dignidade das pessoas em diversas frentes – social, jurídica e financeira – em caráter educacional e preventivo, criando condições para a Promoção Humana.

**Vivemos exclusivamente de doações voluntárias de Juízes e Desembargadores.**

**Filie-se através do site:**

[www.fundacaojudiciaria.org.br](http://www.fundacaojudiciaria.org.br)

## SYDNEY SANCHES | História viva do associativismo

Ministro relembra períodos importantes para a Magistratura e feitos da sua vida como Magistrado da Justiça paulista

A oitava edição do Programa *Diálogo com o Presidente*, recebeu o Ministro Sydney Sanches. Nascido em Rincão, no estado de São Paulo, em 26 de abril de 1933, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1958.

Aprovado em concurso público de provas e títulos em 1º lugar, ingressou na Magistratura no estado de São Paulo, em 18 de janeiro de 1962. Exerceu a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, no período de 14 de março de 1991 a 10 de maio do mesmo ano, quando assumiu a Presidência, nela permanecendo até 13 de maio de 1993.

Durante sua gestão, em 1992, presidiu o processo de *impeachment* contra o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, no qual o Senado Federal atuou como órgão judiciário, na forma do art. 52, I, e seu parágrafo único da Constituição de 1988. O Ministro Sydney Sanches atingiu a data limite para permanência em atividade aos 26 de abril de 2003. O decreto de sua aposentadoria data de 25 de abril daquele ano e a publicação no DOU de 28 do mesmo mês.

No programa, o Presidente Roque Mesquita questionou sobre suas memórias históricas da Magistratura e a realidade associativa. “Sempre digo que ele foi um dos meus inspiradores no associativismo. Assim que entrei na carreira, em 1976, ele já estava numa posição de destaque. Eu me incorporei plenamente àquela luta que visava valorizar o associativismo, inspirando-me muito em sua figura. Obrigado por vir e mostrar a importância de se associar à APAMAGIS”.

**Como era a Magistratura quando o senhor começou a atuar no associativismo?** Eu entrei para a Magistratura em 1962, quando a Associação se chamava Sociedade Beneficente de Magistrados e tinha como finalidade cuidar dos apuros dos Juizes, especialmente das viúvas – muitas vezes os colegas não tinham dinheiro para cuidar do funeral, onde enterrar e nenhum tipo de benefício. Havia colegas incumbidos de passar listas para arrecadar dinheiro para a realização das cerimônias fúnebres. Naquela época, a APAMAGIS – então Sociedade Beneficente – tinha só esse aspecto. Com o tempo, quando eu já estava na capital (fiz minha carreira no interior como todos os Juizes, embora tenha me associado desde logo), entrei com todo o empenho na Direção da Associação: fui Tesoureiro, 1º Vice-Presidente e, então, Presidente de fato.



Sydney Sanches

Naquela época não havia eleição da Diretoria, apenas para Presidente, 1º e 2º Vice. O Presidente era o Desembargador Márcio Martins Ferreira, eu, o 1º Vice-Presidente, e o 2º Vice-Presidente, José Celso Camargo Sampaio, meu colega de concurso.

O Desembargador Márcio Martins Ferreira disse: “escolha os Diretores, presida as reuniões, cuide de todos os assuntos, mas não me traga nenhum, a menos que o senhor não saiba resolver”. Um dia encontrei o Desembargador Márcio na sala das becas que me perguntou: “Dr. Sanches, o senhor nunca me chamou para resolver nada”. E respondi: “Doutor Márcio, o senhor me pediu não levar problemas e até hoje conseguimos resolver todos”.

**É possível pensar em valorizar a Magistratura e ter o status que tem hoje sem o trabalho associativo?** Tanto na Associação paulista quanto na AMB nossa bandeira dizia respeito à instituição: autonomia política, administrativa e orçamentária do Poder Judiciário. Pontos que apareceram na Constituição de 1988, quando Odir Porto já era Presidente da AMB. Mas essas bandeiras já haviam sido levantadas.

Na parte de autonomia política, os Magistrados eram nomeados Desembargadores pelo Governador do Estado, e hoje é pelo Presidente do Tribunal – o próprio Chefe do Poder Judiciário. Tanto a APAMAGIS quanto a AMB foram muito importantes na condução desses movimentos.

**Nunca consegui me desligar definitivamente da Magistratura. Eu me considero ainda um Juiz, de maneira que estou muito feliz de estar aqui e espero ter contribuído para que vocês acreditem mais nas Associações e no Judiciário**

**Hoje podemos perceber nitidamente uma evolução do associativismo. O senhor pode falar um pouco da importância da atuação da APAMAGIS nesses 60 anos?** Quando ingressei na APAMAGIS, a sociedade tinha uma salinha no mesmo andar do Tribunal do Júri. Era tão insignificante o lugar que a sociedade finalmente percebeu que precisava do seu espaço, que precisávamos ganhar espaço maior. No meu tempo a Associação era no 20º andar do Fórum Cível do João Mendes Júnior, mas sem a estrutura de hoje. Até mesmo a AMB, dispunha apenas de uma salinha num Fórum no Rio de Janeiro, onde era a sede. Ninguém de São Paulo havia sido eleito Presidente ainda, só colegas do Rio. Fizemos o movimento e fui o primeiro paulista a ser eleito.

Sabia que não deveria intrigar os nossos colegas com os do Rio de Janeiro, não havia hostilidade, pelo contrário, havia empenho! Eu consegui que alguns colegas aposentados de São Paulo que moravam no Rio fossem meus Diretores na época da AMB, quando criamos uma subsede em São Paulo no mesmo andar da APAMAGIS. Paralelamente queríamos uma sala em Brasília, que é a sede dos Poderes; e conseguimos. Até participei da inauguração dessa sala.

Hoje a AMB tem sua estrutura em Brasília e as Associações, de modo geral, cresceram muito e ganharam importância, trabalhando também em temas culturais, como a Escola Nacional da Magistratura, além de prerrogativas da classe.

Num período, estávamos tendo tanto pedido por seminários, que indicamos um Assessor para o Presidente da Enacional da Magistratura, Sálvio Figueiredo Teixeira, que depois foi Ministro do STJ e Diretor da ENM.

Na época, em que fui Juiz Titular de São Bento do Sapucaí, era também Juiz Auxiliar em São Bernardo do Campo. A estrada era de terra. Eu entrava em Minas para então chegar ao estado de São Paulo. Saía às 5h da manhã de São Bernardo, chegava em São Bento, fazia as audiências, voltava e chegava meia-noite em São Bernardo do Campo.

Hoje os Magistrados têm um status mais razoável na Judicatura. Tudo evoluiu, mas na Magistratura tudo é mais lento e só não é mais lento por conta das Associações.



### O que o senhor pode dizer ao Juiz que acaba de ingressar na Magistratura sobre a APAMAGIS?

Na minha época, poucos não se mantinham inscritos. Mesmo os que se estavam no interior continuavam associados. Foram criados inúmeros convênios e atualmente estão ainda melhores. A Associação propicia encontro de colegas e é bom saber que o colega participa efetivamente da entidade.

O primeiro almoço de confraternização foi na época que ingressei, no *Jockey Club*. Poucos compareceram, mas foram todos os Juizes e alguns familiares. Hoje o Jantar de Confraternização é algo que impressiona – é a pujança da Magistratura. E isso nunca aconteceria se um Juiz não fizesse parte e participasse do modo mais ativo possível: reivindicando, criando sugestões, fazendo críticas. Isso é democracia, isso é associativismo!

Sei que as dificuldades do início da carreira são diferentes: os filhos estão pequenos, depois crescem e vão para a faculdade. Já passei por tudo isso. Depois vem a bonança, e, quem semeia, colhe.

### Se não houvesse os 60 anos de dedicação da APAMAGIS e da AMB, não seria razoável imaginar que enfrentaríamos mais dificuldades?

A própria Constituição de 1988 reconheceu tal importância do Judiciário ao determinar que o Presidente do Supremo Tribunal Federal presidisse o Senado Federal no processo de *impeachment* do Presidente da República. Isso já é uma demonstração do respeito, do prestígio e da credibilidade do Poder Judiciário. E mais, confiou-se em alguém que é apartidário. Aliás, é proibido que participe de partido político, o que dá a isenção e a certeza de que vai conduzir os trabalhos com neutralidade, serenidade e imparcialidade.

A Constituição de 1988 alterou de tal forma a lei de *impeachment* que tivemos que verificar o que tinha sobrado daquela lei para a nova Constituição. Traçamos o roteiro que observava a lei enquanto estava em vigor. Tivemos a colaboração do Celso de Mello e apresentamos ao Presidente da República, à OAB e à Associação Brasileira de Imprensa. Eu mesmo expliquei como seriam os procedimentos.

Houve mandados de segurança contra mim e o Senado. Alguns foram denegados pelo Supremo por maioria e outros, por unanimidade. Foi bom que tenha sido por maioria, mostrou que não havia preocupação corporativista ou em prestigiar o Presidente do Supremo. Gostei que alguns votos foram vencidos, embora o roteiro tenha sido aprovado por unanimidade entre os colegas. Na hora de julgar o caso concreto,

deve-se verificar todas as possibilidades de solução.

Eu que não dava muitas entrevistas e tive que falar sobre o assunto com a imprensa. Eles não queriam nem coletiva, era individual. O dia inteiro havia repórter pedindo entrevista

Sempre procurei ser sereno, equilibrado, cumpridor da lei e dos deveres. Havia paixão imensa no Senado e no país. Collor tinha sido eleito com 20,6 milhões de votos. No entanto, ele foi sujeito a *impeachment* pelo Senado no ato presidido pelo Presidente do Supremo, como órgão judiciário no processo.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal foi convidado para presidir a mesa. Foi importantíssimo. Essa é a maior demonstração de que a Constituição confiou nos Juizes. Tanto confiou que hoje a Magistratura tem muito mais poder que antes. No meu tempo, eu não podia decidir nada contra o AI-5. Se decidisse, eu é que sofreria o AI-5. Era uma vitaliciedade relativa. E mesmo na mobilidade e repetibilidade porque haveria influências.

### A respeito das férias de 60 dias: existe um movimento político no país para tirar isso dos Juizes. Como vai ficar o Poder Judiciário?

Eu nunca gozei 60 dias de férias. Aliás, muitas vezes não gozava nem 30, porque de 15 a 20 dias de todas as férias eu ficava em casa trabalhando nos processos mais complexos. No Supremo eu não conseguia dar vazão, então ficavam muitas coisas para as férias.

Esse problema das férias nasceu por conveniência da OAB, não por causa dos Magistrados. Os Advogados se queixavam de não terem férias sossegados, então nasceu a ideia do recesso de fim de ano. Depois as férias de janeiro. Mas

## As conquistas dos Magistrados foram por conta das Associações. No meu tempo, não havia indenização de férias, nem licença-prêmio

havia Juizes com filhos na escola, que preferiam as férias em julho, e tudo isso resultou nos 60 dias.

As conquistas dos Magistrados são mérito das Associações. No meu tempo, não havia indenização de férias, licença-prêmio, nem adicional por tempo de serviço – tudo isso é conquista das Associações. As férias de 60 dias também têm origem em Brasília. Os Ministros do Supremo iam para Brasília, mas não moravam lá e queriam um período de férias com a família. Como não podiam deixar de cuidar dos processos numa parte das férias, surgiu a ideia do duplo período de férias, que foi aceito até certo tempo. Hoje é muito combatido e cabe às Associações lutar pelo que convém: se mudar ou partir para uma conciliação, por uma solução de transação. Para isso que os jovens estão à frente da Diretoria das Associações de Magistrados.

Com a criação dos subsídios, foram congelados os adicionais e toda vez que há tentativa de reajuste dos vencimentos, surge o problema: “esses são os mais bem remunerados a partir do Supremo”. Criou-se o teto – que é outro complicador. No meu tempo não existia isso, não havia teto, nem compensação São Paulo.

era dos menos valorizados entre todos os estados, como é hoje com a Polícia de São Paulo. Tudo depende de se conseguir dos outros Poderes boa vontade e para isso quem pode gritar são as Associações.

### Como vê a relação entre a APAMAGIS e o Tribunal?

O Tribunal tem que manter uma postura neutra porque, afinal, é nele que são decididas grandes causas, dos outros Poderes também. Com isso, eu entendo que foi bom que as Associações crescessem. Como é bom que os Juizes prestigiem sua entidade de classe, e é bom que a Magistratura permaneça unida.

Uma das nossas bandeiras na AMB foi reunir todas as Associações de Magistrados da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Estadual e Militar, todas compondo uma só e tendo representantes da Diretoria de todas as Justičas. Atualmente se tem notícia de que há uma grande divisão das Associações e, com isso, vai se perdendo a coesão e vai enfraquecendo. Isso não é conveniente.

O prestígio dos Juizes no país ainda é muito grande. Mas temos que nos lembrar que no processo há duas partes: uma que ganha e uma outra que perde. Então não podemos nos esquecer que há sempre uma que não está contente. Chegar perto dos 50% de aceitação é bastante.

As Associações devem lutar para unir novamente as forças dos Magistrados.

### Ministro Sydney, muito obrigado pela histórica entrevista e gostaríamos de abrir espaço para as considerações finais.

Conheci o Roque quando era Juiz em Itu e, desde aquela época, já era um líder, demonstrando esse entusiasmo pelas coisas da Magistratura. Ouçam: o Roque é um lutador. Ele não está fazendo isso pelo bem dele. Está fazendo pela Associação. E ela precisa muito de líderes assim.

Não se esqueçam também que existem os Presidentes dos Tribunais, mas estes são líderes da instituição. Agora, líderes da classe, da entidade são os Presidentes das Associações que vocês elegem. No meu tempo não tinha nem esse privilégio. Até nisso as Associações evoluíram. Sou muito grato ao Roque pelo convite. Estou muito feliz de estar mais de perto aqui na casa que já foi minha – e sei que ainda é minha. Nunca consegui me desligar definitivamente da Magistratura. Eu me considero ainda um Juiz, de maneira que estou muito feliz de estar aqui e espero ter contribuído para que vocês acreditem mais nas Associações e no Judiciário. ■



Ministro Sydney Sanches e Presidente Roque Mesquita

## DEFINIÇÕES | Juiz é aquele do Poder Judiciário

Jornal *O Estado de S. Paulo* comete engano ao nomear integrante do Tribunal de Impostos e Taxas de Juiz

**Mai** foi um período conturbado para a Magistratura. Houve novamente a publicação de matéria equivocada a respeito da denominação de Juiz aos integrantes do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT). A reportagem relata o decreto da Justiça do bloqueio de todos os bens do “Juiz” do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Élcio Fiori Henriques, que amealhou patrimônio de R\$ 30,75 milhões em imóveis de alto padrão em apenas dois anos e meio – sendo sua remuneração líquida de R\$ 13.020,00.

Henriques é suspeito de lavagem de capitais e de crime contra a administração pública. Como Juiz de impostos, segundo os investigadores, teria negociado redução de valores de autuações impostas a pessoas jurídicas. Hoje Fiori é “suplente de Juiz no Tribunal”.

No dia 15 de fevereiro, a *Folha de S. Paulo* também publicou matéria a respeito de uma investigação sobre esquema de desvio de processos fiscais e autos de infrações a pessoas jurídicas, sendo mencionado o termo “Juizes” para tratar dos integrantes do Tribunal de Impostos e Taxas.

A Diretoria Executiva da APAMAGIS definiu que o Departamento de Assuntos Legislativos entregue projeto a ALESP a fim de suprimir a expressão “Juizes” para os integrantes do TIT, em face da notícia relatada.

Inconformados com as informações errôneas difundidas, podendo gerar uma série de julgamentos da população contra o Poder Judiciário, Magistrados associados e a Diretoria da APAMAGIS foram consensuais ao tratar da questão de forma incisiva.

A Diretoria Executiva da Associação se reuniu em 14 de maio para ingressar com ação judicial que coíba profissionais que não sejam Magistrados de usar o título de Juiz. A iniciativa baseia-se na Constituição Federal e na LOMAN, assegurando as prerrogativas da Magistratura e preservando a imagem do Judiciário, muitas vezes confundido com membros de outros Poderes que se valem da expressão Juiz para definir seus cargos.

Além disso, foi elaborada nota pública, assinada pelo Vice-Presidente Irineu Fava, atual Diretor de Comunicação da APAMAGIS, para expressar a desorientada declaração daqueles jornais aos jurisdicionados. ■



### JUIZ É O DO PODER JUDICIÁRIO

*A APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados vem a público registrar sua perplexidade com as reiteradas notícias veiculadas pelo jornal O Estado de S. Paulo retratando supostos atos de corrupção cometidos por um Fiscal do Tribunal de Impostos e Taxas.*

*Sem ingressar no mérito se houve ou não atos ilícitos, é possível afirmar com segurança que as matérias prestam enorme desserviço à população, à sociedade e à imprensa ao privar o público de fatos esclarecidos.*

*O Juiz de Direito é aquele que integra os quadros do Poder Judiciário, após ser aprovado em Concurso de Ingresso na Magistratura, um dos certames mais difíceis de todas as carreiras do Estado.*

*Ao seguidamente atribuir atos ilícitos a um “Juiz”, o Jornalista e o próprio veículo de comunicação contribuem para desgastar uma carreira que não tolera desvios de conduta. Ao contrário, pune-os com extremo rigor. Ademais, o Judiciário tem a missão de assegurar os direitos fundamentais da sociedade, como a liberdade de imprensa, o devido processo legal e a própria subsistência da democracia.*

*Nesse sentido, a Diretoria da APAMAGIS solicita os correlatos esclarecimentos aos leitores do jornal e que, em eventuais novas matérias de teor assemelhado, a distinção se efetive com destaque.*



## NOVIDADES NA CARREIRA | CNJ debate novas regras para ingresso na Magistratura

Seminário *Regras de Concurso para a Magistratura* teve participação de 28 especialistas, sendo 14 expositores, sete presidentes de mesa e sete debatedores

O Conselho Nacional de Justiça realizou seminário para debater novas regras para ingresso na Magistratura com a presença de representantes de diversos Tribunais do Brasil nos dias 06 e 07 de maio no Conselho da Justiça Federal (CJF). A reunião propôs resolução, que deverá substituir a de nº 75, editada pelo CNJ em maio de 2009, para regulamentar os concursos públicos para Juiz. Representantes de mais de 100 instituições, entre Cortes de Justiça e escolas de Magistrados, participaram do evento.

As alterações do normativo foram sugeridas por um grupo de trabalho presidido pelo Conselheiro Lucio Munhoz. A minuta de resolução foi enviada por ofício aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais Regionais do Trabalho, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais da Justiça Militar para indicarem um Juiz ou Servidor para participar do seminário.

De acordo com Munhoz, o objetivo do evento foi debater a proposta com vistas a substituir o atual normativo constante da Resolução CNJ nº 75, no sentido de coletar impressões iniciais sobre o tema e sugestões para aprimoramento antes da versão final.



A adesão dos Tribunais ao concurso público nacional destinado à seleção dos Juizes brasileiros poderá ser opcional e envolver todas as etapas do processo seletivo, segundo a minuta de resolução elaborada pelo grupo de trabalho instituído pelo CNJ para estudar e elaborar as regras de ingresso na carreira.

A não obrigatoriedade dos Tribunais em aderir ao concurso nacional organizado por uma comissão composta por representantes do CNJ e demais Conselhos nacionais, Escolas Nacionais da Magistratura e da Ordem dos Advogados do Brasil – assim como a possibilidade de o processo envolver todas as etapas de seleção – foge à minuta de resolução inicial apresentada pelo grupo de trabalho aos representantes dos órgãos. Até então, o texto previa um prazo para as Cortes serem incluídas no novo sistema (limitado apenas à primeira

fase do certame – a prova objetiva). Pela proposta, as demais etapas continuariam conduzidas pelos Tribunais.

Segundo o Presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, Conselheiro Lucio Munhoz, a mudança no núcleo da proposta de resolução resulta dos debates durante os dois dias do seminário. “Não seria possível impor um concurso nacional obrigatório, mas facultativo aos Tribunais, então, uma resolução nesse sentido deve ser ofertada ao Plenário do CNJ”.

O Conselheiro ainda completou: “Ficou clara a inconveniência de apresentarmos uma proposta que obrigue os Tribunais a se submeterem a uma prova nacional para a seleção de seus Juizes, qualquer que seja a etapa. Assim, a adesão será opcional, não apenas na primeira fase, mas em todo o concurso”.

### LIMITES

No seminário, os participantes consentiram em impor limites à atuação das instituições privadas nos concursos para Magistrados. “É evidente a compreensão quanto ao afastamen-

to completo das instituições terceirizadas do processo de elaboração e conferência de provas. Essa será uma posição bastante defendida por mim, particularmente. Podemos admitir as terceirizadas para fornecer apoio logístico, estrutural e administrativo, mas não mais para aplicar a prova. Essa é uma tarefa exclusiva do Poder Judiciário que não podemos delegar a terceiros”.

Se aprovado pelo órgão máximo do Conselho, o texto passa a valer para todo o Judiciário brasileiro. ■

**Ficou clara a inconveniência de apresentarmos uma proposta que obrigue os Tribunais a se submeterem a uma prova nacional para a seleção de seus Juizes**

**Lucio Munhoz**

## APOSENTADOS E PENSIONISTAS | TJ/SP luta pela viabilização de pagamentos contínuos



A APAMAGIS foi informada pessoalmente pelo Membro do Órgão Especial do TJ/SP e Conselheiro nato da APAMAGIS, Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, a respeito do ofício nº 857/13, que foi encaminhado no dia 17 de abril, antes do início da Sessão Judiciária do Órgão Especial.

Paulo Dimas questionou a necessidade de imediato pagamento aos pensionistas de Magistrados das diferenças salariais pendentes que vêm sendo pagas apenas aos Magistrados em atividade e aos aposentados. Também foi discutido no Plenário que o tratamento paritário deve ser observado,

existindo, a essa altura, pedido de providências a respeito no CNJ.

De acordo com o Desembargador, o Presidente Ivan Sartori está providenciando a abertura de rubrica própria no orçamento do Tribunal para viabilizar pagamentos contínuos e que ficará aguardando eventual deliberação do CNJ.

“Insisti, todavia, em medidas imediatas por parte da Presidência do Tribunal, destinando-se aos pensionistas neste semestre mesmo, algum pagamento, ainda que em caráter extraordinário”, afirmou o Conselheiro. ■

## PLC 9/2013 | TJ/SP encaminha redação sobre a Organização e a Divisão Judiciária do Estado

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ivan Sartori, na justificativa concernente ao Projeto de Lei Complementar 9/2013 que trata da questão da Organização e da Divisão Judiciária do Estado, salienta o gigantismo de São Paulo quanto à população carcerária e a importância da regionalização.

De acordo com a justificativa, a elevada população carcerária existente no Estado de São Paulo demanda esforços e parcela considerável do orçamento do Poder Judiciário para dar cabo aos processos daí decorrentes. “Por isso, existe perigo real para os Juízes de execução criminal, muitas vezes titulares de Varas distantes e de estrutura exígua, circunstância que tem levado o Tribunal a remanejar, com certa frequência, a vinculação de presídios para Varas maiores, nem sempre próximas das unidades prisionais, tudo o que dificulta a prestação jurisdicional”, salienta Sartori.

A criação do DIPO, que há anos é responsável pela tramitação de inquéritos, deve se estender ao interior para acelerar a prestação jurisdicional e conferir mais segurança aos Juízes.

Segundo o Presidente, a regionalização

implementada pela atual gestão tem como suma importância a descentralização da competência referente às execuções penais e aos inquéritos policiais, de modo que também sejam aceleradas a fiscalização e a concessão de benefícios aos apenados, permitindo ainda maior celeridade e eficiência às medidas cautelares e aos pedidos de liberdade provisória afetos a inquéritos policiais em andamento.

Assim, de acordo com o documento do TJ/SP, a estruturação judicial dos sistemas de execução penal e de inquéritos policiais na forma de Departamento do Tribunal trará uniformização das decisões, economia ao erário e maior agilidade na análise dos pleitos. Tudo para propiciar a tão necessária segurança jurídica, além da diluição da possibilidade de ameaças contra a incolumidade física dos Juízes e Servidores.

Para a Corte paulista, o aspecto estratégico dessa mudança – tanto para o Tribunal de Justiça quanto para o Governo do Estado – tende a favorecer maiores especializações e envolvimento dos Juízes responsáveis pelas unidades propostas com as questões carcerárias e com a investigação penal e suas respectivas consequências. ■

### Evento

## Jantar de Confraternização da APAMAGIS será em novembro

O tradicional Jantar de Confraternização da APAMAGIS está confirmado para o dia **30 de novembro** no Espaço das Américas com a apresentação da banda pop *Jota Quest*.

Para mais informações e reservas, entre em contato com o Departamento de Eventos/Secretaria (11) 3292-2200



## EAD | Palestras de maio



Captura de Tela

Responsabilidade civil dos notários e registradores

Como parte do programa de Ensino a Distância da APAMAGIS, as palestras foram transmitidas em tempo real pela internet, permitindo a realização de perguntas por aqueles que acompanharam *online*.

### RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

O auditório da APAMAGIS recebeu o Presidente do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF), Ubiratan Pereira Guimarães, e o Juiz Assessor da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Mario Sérgio Leite, para discutir o tema *Responsabilidade Civil dos Notários e Registradores* no dia 07 de maio.

Os palestrantes fizeram uma incursão sobre o regime jurídico da atividade notarial e de registro, previsto no artigo 236 da Constituição Federal, que determina que esses serviços sejam exercidos em caráter privado por delegação do poder público. Falaram também sobre a lei regulatória da atividade e que disciplina a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e define a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. Foram analisadas as disposições das Leis 8935/94 e 9492/97 e das recentes jurisprudências que tratam o assunto.

Segundo os expositores, com a ampliação da qualificação dos funcionários das

serventias extrajudiciais, observam-se menos questões de responsabilidade civil sendo levadas adiante. “Os notários e registradores são responsáveis por todos os atos praticados pessoalmente ou pelos seus prepostos”, afirmou Ubiratan Guimarães, que reiterou que o estímulo à qualificação, mediante cursos de capacitação para notários, registradores e seus prepostos, é uma questão de segurança para toda a sociedade.

Para Mario Sérgio Leite, existe uma questão doutrinária em torno da responsabilidade civil do Estado. Conforme Ubiratan Guimarães, a lei fixa a responsabilidade subjetiva do agente notarial e registral, ou seja, é necessário comprovar a culpa, o nexo e, evidentemente, a existência do dano.

Os palestrantes concluíram que notários e registradores possuem responsabilidade civil apenas subjetiva. O Estado, entretanto, sempre responde de forma objetiva. “Os notários e registradores são agentes públicos e, por isso, o Estado sempre responde por seus possíveis danos objetivamente”, assegurou Mario Sérgio Leite.

### COMO REALIZAR VISITAS PERIÓDICAS EM ESTABELECIMENTOS PENAIS

O Conselheiro da APAMAGIS, Carlos Fonseca Monnerat, foi o palestrante no dia 09 de maio e falou sobre *Como realizar visitas periódicas em estabelecimentos penais*, mencionando as principais dificuldades dos Magistrados em busca da adequação do estabelecimento penal.



Como realizar visitas periódicas em estabelecimentos penais

Monnerat relatou a experiência adquirida durante o trabalho mensal de visitas periódicas. “Esses colegas têm uma missão espinhosa, difícil, extenuante e, até às vezes, perigosa. Gostaria de pedir para que encaminhem críticas e sugestões para o aprimoramento e a criação de um roteiro prático para essa atividade”.

O sistema prisional está beirando meio milhão de presos no Brasil, sendo mais de 200 mil presos no estado de São Paulo. “Temos 205 mil presos distribuídos em 176 estabelecimentos prisionais e algumas dezenas de cadeias públicas. Imaginem o Morumbi no final de campeonato, na tampa de 70 mil pessoas, temos hoje três estádios do Morumbi abarrotados de pessoas presas”. Para cada cama na prisão, há 3,6 presos. “Veja que essa situação é bastante complicada, um contínuo barril de pólvora”.

Para Monnerat, é importante avisar sobre a visita ao estabelecimento: data e horário agendados com o próprio Diretor e uma sala para trabalho. “Precisamos também da lista da população carcerária, pois apresenta todas as pessoas que compõem o quadro, separadas por setores”.

Apesar de ser impossível falar com toda a população carcerária, é importante que aqueles que demonstrem interesse em conversar sejam cadastrados para um diálogo futuro. “No entanto, não podemos prometer nada, em hipótese alguma”.

**Esses colegas têm uma missão espinhosa, difícil, extenuante e, até às vezes, perigosa**

Carlos Fonseca Monnerat

Há problemas que devem ser observados, como problemas de pele (comum nos presídios pela falta de higiene) ou doenças contagiosas (tuberculose). Nos Hospitais do Sistema Penitenciário nem sempre há vagas suficientes para atender a todos, sendo os casos de mais gravidade priorizados. Lá costumam faltar remédios básicos, médicos e enfermeiros.

Participaram da mesa a Diretora-Adjunta do Departamento de Secretaria da APAMAGIS, Renata Alves, e o Diretor-Adjunto da Diretoria da Capital e Grande São Paulo, Juiz Walter Godoy dos Santos Júnior. ■

## ELEIÇÃO | São Paulo com mais representatividade na AMB

Flávio Fenoglio é eleito membro do Conselho Fiscal

A atuação paulista no cenário nacional se ampliou com a eleição do Juiz Flávio Fenoglio ao Conselho Fiscal da AMB, pelos membros do Conselho de Representantes da AMB. Fenoglio vai ocupar o posto até o final da atual gestão e sua eleição decorre da saída do Desembargador aposentado do TJ/RJ, Roberto Luiz Felinto de Oliveira,



que passou a advogar e, assim, sua atividade se revela incompatível com o Estatuto da AMB.

Roque Mesquita enalteceu a escolha. “Flávio é agregador, ético, leal e se empenha no associativismo. Tenho certeza absoluta que essa escolha trará excelentes resultados para a nossa AMB”, disse o Presidente.



## COMUNHÃO | 61ª Páscoa da Família Forense

“A Igreja é a continuação histórica daquele que foi e é o Caminho, a Verdade e a Vida”, afirma o Desembargador Munhoz Soares

Cerca de 500 pessoas prestigiaram a 61ª Páscoa da Família Forense, no dia 26 de abril. O Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo – Região Sé, Dom Tarcísio Scaramussa, deu início à tradicional cerimônia organizada pelos Desembargadores Antonio Carlos Munhoz Soares, Zélia Maria Antunes Alves e José Geraldo Barreto Fonseca e pelos Juízes Marco Fábio Morsello, Paulo Nimer Filho e Airton Vieira.

A celebração dessa missa contou com a presença de Desembargadores, Juízes, funcionários, familiares, autoridades estaduais e municipais que se reúnem em torno da Eucaristia. A

primeira leitura foi realizada pela Servidora da Secretaria Judiciária da Seção de Direito Privado, Maria Auxiliadora Lima Serafim, que falou sobre a criação do Universo e da ação de Deus. A segunda foi feita pela funcionária da Secretaria da Saúde (SAS), Maria do Socorro Rodrigues, que trouxe a mensagem de que o homem teria se afastado de Deus, e Cristo foi enviado para recriar a humanidade. A Oração dos Fieis foi lida pelo Servidor da Secretaria da Administração (SAD), José Raimundo Geraldo.

O Presidente da Comissão da Páscoa Forense do TJ/SP, Antonio Carlos Munhoz Soares,



Aproximadamente 500 pessoas participaram da missa



Cúpula do TJ/SP prestigiou o evento

encerrou a cerimônia. “Agradeço ao Sacerdote pela admirável e comovedora cerimônia e, principalmente, à Igreja Católica, que nos renova em tudo, inclusive na sabedoria e nas orientações”.

O coral da Associação Atlética Banco do Brasil se apresentou na cerimônia e, ao final, entoou *Aleluia*, de Handel. Um café da manhã foi servido aos presentes para um momento de confraternização. ■

**Agradeço ao Sacerdote pela admirável e comovedora cerimônia e, principalmente, à Igreja Católica, que nos renova em tudo**

**Munhoz Soares**

## DEPARTAMENTO DE ESPORTES | VII Torneio de Tênis Feminino da APAMAGIS

**Maria Sílvia Gomes Sterman**

Diretora de Tênis Feminino

Mais uma vez, o VII Torneio de Tênis Feminino da APAMAGIS foi um grande sucesso. Repetindo os eventos dos anos anteriores, o sistema foi o de duplas rotativas, em que as jogadoras são parceiras num momento e adversárias no momento seguinte. Com a soma de games, calcula-se o lugar que a dupla ficou. Sagraram-se campeãs Iohana Frizzarini Exposito, que não para de progredir seu jogo e atingiu 32 games, e, com sua categoria, já conhecida de todos, continua a assustar, e Maria Sílvia Gomes Sterman, que fez 31 games.

O vice-campeonato ficou por conta da convidada Cristina Viotti, que fez 26 games com sua potente canhota, e Márcia Andrade, que vem demonstrando, a cada torneio, uma melhora incrível. As terceiras colocadas foram Roberta Bertola Rossomano, que mesmo voltando de licença maternidade não perdeu sua característica garra e atingiu 20 pontos, acompanhada de Anna Luiza Wirz de Araújo, como sempre nossa mais animada participante, que conquistou 19 games.

O campeonato teve ainda a participação das tenistas Cláudia Ribeiro, que mostrou não ser boa somente com os pés, e atingiu 18 games, e Patrícia Sterman Campos, nos-

sa mais jovem promessa, que fez 12 pontos.

Durante os jogos contamos com visitas nobres, como, por exemplo, dos tenistas e amigos Raphael Salvador, Yoshiaki Ishihara e Joaquim Molitor. Isso sem contar os maridões, sempre presentes, Waldir S. Nuevo Campos Júnior, Ricardo Andrade e Paulo Cursino, empolgados na torcida e no apoio às tenistas. Não podemos deixar de lembrar a participação carinhosa do professor Edvaldo, incansável colaborador na observação das regras, na contagem dos jogos e na marcação dos resultados. Aliás, graças à colaboração dos sempre prestativos: o funcionário Cosme, e dos gentis boleiros Diego e Daniel, os jogos foram realizados no melhor estilo. Não podemos deixar de consignar que a confraternização não teria sido realizada sem o empenho dos funcionários Renato Pino, Antonia, Joilson e de todo o staff da APAMAGIS, essencial para a existência deste dia tão caloroso.

Após os jogos, iniciou-se um churrasco de confraternização que contou com a presença de familiares e amigos queridos. Destaca-se, aqui, a presença do querido colega, tenista e entusiasta, Afonso Celso Teixeira de Andrade, que, acompanhado da simpática esposa Iara de Paula Machado Teixeira de Andrade e de familiares apreciadores do tênis, compareceram para o congraçamen-



Associadas tenistas participam de campeonato

to. Nessa oportunidade, os troféus e as medalhas foram entregues, além de uma deliciosa raquete de chocolate, feita pela tenista Cristina Viotti, imperdível para quem gastou tanta energia naquela manhã ou para os simples apreciadores do cacau. Não podemos deixar de fazer nossa homenagem ao querido Professor Pino, desejando-lhe votos de pronto restabelecimento e que, no próximo evento, esteja novamente conosco.

Gostaríamos de deixar um carinhoso abraço a todos, inclusive às tenistas que não

puderam comparecer por motivos pessoais, mas que, de alguma forma, estiveram conosco na oportunidade. Este espírito de união e alegria muito tem colaborado para que o Torneio Feminino de Tênis alcance, ano após ano, um grande sucesso.

Agradecemos ainda ao Presidente da APAMAGIS, Roque Mesquita, e ao Diretor de Esportes, Miguel Marques e Silva, que, por compromissos antes assumidos, não puderam comparecer, mas colaboraram e incentivaram a realização de mais um alegre torneio. ■

## ARTE NA MAGISTRATURA | Leda Lamotta expõe seu trabalho na sede social

Vernissage reuniu Magistrados, familiares e amigos da artista plástica



Obras enriqueceram Espaço Cultural da APAMAGIS

A artista plástica Leda Lamotta, esposa do Magistrado Radislau Lamotta, expôs dos dias 06 a 13 de maio no Espaço Cultural da APAMAGIS, na sede social, telas e esculturas que exaltaram seu talento e expressão.

A Diretora de Pensionistas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Haydée Mariz de Oliveira, prestigiou o evento e destacou a leveza das obras. “Exposição excelente! Esculturas e telas muito bem elaboradas. Os detalhes são precisos e nos levam a analisar um conjunto de gran-

de sensibilidade artística. Leda Lamotta faz parte da grande família da Magistratura”.

O Coordenador de Aposentados da Associação, Sebastião Amorim, também enalteceu o trabalho da artista. “A Exposição de Leda Lamotta é realmente de grande valor e chama a atenção de todos. A APAMAGIS está de parabéns por proporcionar aos seus associados uma oportunidade especial de contemplar um trabalho artístico que nos deixa maravilhados”.

A exposição foi prestigiada por Magistrados, familiares e amigos. ■

## REINAUGURAÇÃO | Barraca da APAMAGIS de Santos em festa

Caranguejada foi um sucesso durante a reabertura do espaço na Baixada Santista

Os Juizes da Baixada Santista e de outras regiões se reuniram no dia 27 de abril para conferir a reinauguração da Barraca da APAMAGIS em Santos. O Vice-Presidente Irineu Fava representou a Diretoria da Associação.

O espaço ficou fechado por alguns meses até o Juiz Valdir Marinho reativar as atividades com uma churrascada no dia 02 de março, quando foi combinado de os Magistrados se encontrarem ao menos uma vez

por mês para confraternizar.

Com o objetivo de estimular reuniões, tornando-se ponto de encontro dos Magistrados da capital, interior e litoral, o primeiro evento ofereceu uma caranguejada para mais de 30 pessoas, mesmo com o tempo nublado.

O Diretor do Departamento de Cultura, José Maurício Conti, e a Diretora-Adjunta do Departamento de Secretaria, Renata Martins de Carvalho Alves, estavam entre os presentes. ■



## DIRETORIA DE ESPORTES | Intercâmbio entre APAMAGIS e Sport Clube Corinthians Paulista

No primeiro encontro, tenistas conheceram o centro de treinamento e receberam troféu comemorativo

### Leandro Jorge Bittencourt Cano

No dia de 27 abril, tenistas da APAMAGIS compareceram à sede social do Sport Clube Corinthians Paulista para um intercâmbio. Além dos jogos, tiveram a oportunidade de conhecer o maravilhoso centro de treinamento do clube. Ao final, houve uma confraternização e a entrega de um troféu comemorativo.

O Diretor de Tênis da APAMAGIS, Leandro Jorge Bittencourt Cano, fez um agradecimento especial ao Presidente Mário Gobbi, ao Diretor Mauro Rosa e ao Conselheiro André Luiz Oliveira notadamente pela receptividade com todos os Magistrados e dependentes que participaram do evento. Agora, serão envidados esforços para que o intercâmbio ocorra nas dependências da Associação em data a ser definida. ■



Magistrados conheceram o CT



Associados e familiares no Corinthians

# DUAS RODAS | Motociclismo da APAMAGIS em Brasília

A 10ª edição do *Brasília Moto Capital* recebe pela 3ª vez grupo de Magistrados



O **motociclismo** é uma atividade que congrega as pessoas e serve para fomentar os laços de amizade. As horas e os dias na estrada servem para reflexão e troca de ideias, num clima estritamente familiar.

A presença de Magistrados nesses encontros ajuda a descaracterizar estereótipos negativos e a incluir temas como a necessidade de respeito às leis, ao uso de

itens de segurança e a responsabilidade ao dirigir.

Os Magistrados Souza Nery e Flávio Fenoglio participam do evento pela terceira vez e são os idealizadores do grupo de motociclismo na APAMAGIS e na AMB.

“É indescritível a sensação de liberdade que o motociclismo proporciona. E o nosso grupo, que reúne Magistrados e amigos,

consegue levar conceitos interessantes de cidadania e justiça aos demais participantes” destacou o Juiz Flávio Fenoglio.

## O evento

A capital do país se torna o grande centro do motociclismo da América Latina entre os dias 24 e 28 de julho. A programação inclui a presença do grande

Erasmus Carlos e diversos shows de bandas *cover* de roqueiros famosos como Jethro Tull, Neil Young, U2.

**Saiba mais informações e como participar do grupo de motociclismo da APAMAGIS/AMB com a Secretaria da APAMAGIS – (11) 3292-2200 ou [fenoglio.apamagis@gmail.com](mailto:fenoglio.apamagis@gmail.com)**

## Novos livros em junho de 2013

**Antonio Raphael Silva Salvador**

Desembargador e Professor Universitário

### Código Penal Militar Comentado

Enio Luiz Rossetto

Editora Revista dos Tribunais

Para nós, mortais estudiosos, mas não conhecendo bem o Código Penal Militar, tivemos a ventura de ver o Juiz Enio Luiz Rossetto nos ajudar, fazendo um estudo amplo, completo demais, sobre esse Código, artigo por artigo, comentando inteiramente cada um, mostrando a sua opinião, completando-a com exame da doutrina e da jurisprudência. Cuidadosamente examina as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal Militar.



É uma obra de grande fôlego, de muita atualidade, capaz de nos mostrar tudo que pode haver no Código Penal Militar, que o autor examina com capacidade e inteligência, em um livro publicado pela Editora Revista dos Tribunais, em um só volume, mesmo tendo nada menos do que 1.213 páginas.

O autor, culto Juiz Militar paulista, não deixou de tomar partido diante das divergências que aponta em muitos pontos deste Código Penal Militar, sobretudo quando nos mostra as controvérsias sobre o conceito de crime militar à teoria da culpabilidade, aos fundamentos do direito de punir, à aplicação da pena e ao conflito aparente da norma penal incriminadora, comum e militar.

Este livro não é bom: é ótimo. Doutor Enio, agora posso conversar sobre o Código Penal Militar.

### Ministro Magistrado – Decisões no Supremo Tribunal Federal Decisões de Cezar Peluso no S.T.F.

Editora Saraiva

Notável a ideia da Editora Saraiva nos trazendo em um livro muito bem cuidado as decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal pelo nosso querido Ministro Cezar Peluso, orgulho de todos nós, paulistas, pela sua atuação no Supremo, permitindo que possamos ter os brilhantes votos proferidos em plenário pelo eminente Ministro.

Em um livro de 1.348 páginas iremos rever aqueles votos que assistimos entusiasmados no canal da Justiça. Como diz a Editora, com muito acerto, “a erudição do Magistrado transparece da leitura de suas manifestações, cujo conteúdo alia o pragmatismo do Juiz experiente (foram 44 anos de carreira) com as precisas fundamentações teóricas do jurista.” Quem não vibrou quando ouviu os votos do Ministro Peluso nas discussões a respeito das células-tronco embrionárias ou sobre dever ou não ser interrompida a gestação de fetos anencéfalos; no cabimento ou não das cotas raciais nas universidades; na Lei da Ficha Limpa; na união homoafetiva; na “marcha da maconha”; na fidelidade partidária; no caso “Cesare Batisti”; no poder de investigação do Ministério Público; na demissão de servidor público



não estável sem audiência prévia, mostrando haver ofensa ao contraditório e ampla defesa à dignidade da pessoa humana e à relativização da coisa julgada, etc. A verdade é que o Ministro Peluso brilhou intensamente no Supremo Tribunal Federal e seus votos, verdadeiras aulas, não poderiam ser esquecidos. Agora estarão sempre ao nosso lado.

### Manual de Introdução ao Estudo do Direito

Rizzatto Nunes

Editora Saraiva

Hoje vemos com alegria surgir a 11ª edição do livro do Desembargador e Professor Rizzatto Nunes. Versando sobre como se deve fazer para o estudo da introdução ao estudo do Direito, com exame detalhado dos ramos do Direito Interno e do Direito Internacional Público e Privado, passando para o estudo dos sujeitos da relação processual e da relação jurídica ali discutida.

Vai depois para o exame das normas jurídicas, desde o início de sua vigência até o término. Ensina como é feita a interpretação das normas jurídicas tanto a gramatical, a lógica, a sistemática, a teleológica, a histórica e a interpretação quanto aos efeitos. Caminha por outros campos até chegar ao ensino da técnica para a aplicação da Justiça.

Não é possível discutir o valor deste livro, bastando lembrar quem é seu grande autor e ainda a acolhida que vem tendo nas seguidas edições.

Como Professor de Direito tenho orgulho de dizer que sou fã deste livro.





## Magistrado

tem desconto especial  
em **Produtos Sony**

*Você vai sentir a emoção  
como se estivesse no estádio!*

Televisor Sony

- Full HD
- Smart TV
- Wi-fi integrado

Home Theater Sony

- 5.2 canais
- 1200W RMS de potência
- Suporte à tecnologia 3D

De R\$ 6124<sup>14</sup>

**Por R\$ 4993,47**

em 12x sem juros ou 5% de desconto no boleto

Para desfrutar desta super vantagem,  
basta acessar o site  
[store.sony.com.br/parceiros](http://store.sony.com.br/parceiros),  
digitar seu CPF e usar o código  
promocional **APAMAGIS**



Televisor de LED 50" + Home Theater Sony  
KDL-50W705A + HT-M3

Você pode parcelar suas compras em até 12x sem juros no cartão de crédito\* ou efetuar o pagamento à vista em boleto bancário obtendo mais 5% de desconto.



**SONY**

\* Promoção válida até 30 de junho. Ofertas sujeitas à disponibilidade de estoque. Sony é uma marca comercial da Sony Corporation. Imagens meramente ilustrativas.